Moção Sectorial

**“Um novo Contrato Social local, por Lisboa”**

**Sinopse: A candidatura do PS ao Município de Lisboa deve cocriar, de forma amplamente participada, o novo contrato social local a propor a todos e a cada um dos cidadãos que vivem na cidade, garantindo o acesso, em condições económica e socialmente justas, à saúde, educação, segurança social, mobilidade, habitação, cultura e desporto**.

Palavras-chave: *saúde, educação, segurança social, mobilidade, habitação, cultura e desporto.*

O contrato social entre o povo português e o Estado, estabelecido no pós 25 de abril, com enorme participação do PS, que governou na maioria desses anos, considera que a remuneração do trabalho é feita por duas vias: **(i) pelo ordenado que é pago ao trabalhador pela sua entidade patronal, (ii) pelo acesso universal, em condições economicamente justas, a serviços de qualidade que lhe são disponibilizados pelo Estado (social)** nas áreas da saúde, educação, segurança social, mobilidade e habitação.

Numa economia que continua a pagar salários baixos (i), com mais de 90% da população ativa a ter rendimentos mensais líquidos inferiores a 1000 euros, não é justo, legítimo, nem politicamente inócuo, interromper a prestação destes serviços do estado (ii), ou sequer degradar a sua qualidade, já que essa fatia da população não pode simplesmente recorrer a alternativas de mercado por insuficiência financeira, pelo que se vê privada de serviços básicos e essenciais à vida com dignidade. Acresce que essa diminuição da qualidade da prestação social corresponde, na prática, a um corte na remuneração do trabalho.

Um Estado cuidador que assegura níveis de dignidade mínimos universais, financiada por uma redistribuição socialmente justa da riqueza coletada em impostos. Esta é a ideia chave que tem assegurado paz social interclassista, que colocou o PS na posição charneira do regime democrático português, que explica a relação de confiança do povo português no PS e a sucessiva renovação dos mandatos para governar o país e a cidade de Lisboa.

Desde a crise das dívidas soberanas em 2007 e da intervenção da Troika em 2011, que as finanças públicas de Portugal parecem estar perante uma dicotomia: (i) **manter défices contidos e honrar os pagamentos ao setor financeiro, assim baixando o custo total dos juros a pagar pela dívida soberana, ou (ii) honrar o contrato social com os cidadãos e manter serviços públicos de qualidade.**

O Estado tem, ao longo dos sucessivos governos, honrado os contratos estabelecidos com o sector financeiro, suportando entre outras, as falências ruinosas da banca e as parcerias público-privadas (PPP), algumas delas estabelecidas em circunstâncias desvantajosas para o interesse público, nomeadamente as relativas à construção de autoestradas, mas em alguns momentos tem entendido aceitável não assegurar o acesso universal a esses serviços em condições de qualidade.

Na ressaca da pandemia e do esforço que o SNS fez, tornou-se clara a insuficiência da resposta pública nas áreas chave do estado social – sobretudo na educação e saúde – e os grupos profissionais que prestam estes serviços vêm contestando fortemente a melhoria das suas condições de trabalho e a respetiva remuneração. O governo, que persegue o objetivo de manter o défice e as contas públicas equilibradas, embora tenha reforçado significativamente as dotações orçamentais nesses setores, retraiu-se na satisfação dessas exigências, pelo impacto financeiro que têm não apenas no curto prazo, mas de forma permanente.

Se é verdade que **há riscos altos que desaconselham o incumprimento ou a litigância dos contratos e das obrigações com o sector financeiro porque tendem a onerar o valor do juros** e assim o custo de financiamento da República e da economia Portuguesa, não é menos verdade que **também há riscos altos que desaconselham a degradação das obrigações do Estado social para com os seus cidadãos, em particular com os trabalhadores,** porque o descontentamento e o desamparo que daí resulta **estimula a migração** dos mais jovens e qualificados para mercados que remuneram melhor, porque **deslaça o vínculo e a sensação de respeito e pertença entre o cidadão e a República**, assim alimentando as fileiras das soluções populistas e extremistas, **promovendo uma alteração da identidade do regime político**.

A circunstância na cidade de Lisboa é mais exigente do que na maioria do país. As pressões migratória e imobiliária, associadas à especulação, inflacionaram os preços da generalidade dos serviços e produtos e, muito em particular, da habitação, tornando a vida na cidade inacessível para largas fatias da população. Este desequilíbrio entre a riqueza que é criada na cidade e a iniquidade da sua distribuição, convoca os governos da República e da cidade a tomarem medidas particulares de redistribuição de riqueza, na forma de estado social local, que equilibre esta relação. É nesse sentido que devem ser promovidas políticas de habitação públicas que permitam acesso à habitação na cidade às classes médias, aos jovens e aos estudantes; políticas de apoio à natalidade como as creches gratuitas e a flexibilização dos modos e horários de trabalho; medidas de apoio à mobilidade na cidade, em diferentes modos, com um único título de transporte barato, que deve ainda permitir o acesso à cultura e ao desporto. Trata-se de criar uma cidadania de Lisboa, que permita a todos os cidadãos da cidade o acesso a um modo de vida que entendemos como mínimo.

A política é a escolha e a definição de prioridades. Um governo do PS, do país e da cidade de Lisboa, deve procurar cocriar o seu programa em diálogo e, depois, honrar o contrato com os cidadãos.

**Assim o Partido Socialista, reunido em Congresso Nacional, decide:**

1. **Apoiar a FAUL e a Concelhia do PS Lisboa a encetar os “estados gerais de Lisboa”, para ouvir a cidade, as suas instituições e as suas gentes e assim cocriar o programa eleitoral, com que se apresentará às próximas eleições autárquicas.**
2. **Os estados gerais por Lisboa, a iniciarem em junho de 2024, devem culminar na elaboração da proposta de um novo contrato social local com todos e com cada um dos cidadãos que vivem em Lisboa,** a propor em setembro de 2025, no arranque da pré-campanha para as eleições de outubro de 2025, **garantindo-lhes o acesso, em condições económicas e socialmente justas a saúde, educação, segurança social, mobilidade, habitação, cultura e desporto**.
3. O processo de ouvidoria da cidade, deve envolver não apenas os militantes do partido socialista e das demais forças políticas progressistas, mas também os protagonistas relevantes da cidade, nomeadamente os atores políticos, económicos, sociais, culturais, partidos, sindicatos, associações, empresas, universidades, fundações, etc…
4. **O processo deve ser descentralizado e envolver a pluralidade territorial da cidade, incluindo as 24 freguesias**. Assim promovendo o conhecimento mais profundo do território e os seus protagonistas, mas também criando empatia e laços necessários à governação partilhada da cidade.

Lisboa, 26 de dezembro de 2023

José Romano